



Ministério do Desenvolvimento Regional  
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Parecer nº 3/2020/CTAL/CNRH/MDR

Referência: 59000.014606/2020-27

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

**Assunto:** Proposta da Moção que "Recomenda ao Ministério da Economia que nas peças orçamentárias propostas pelo poder executivo federal e nas normas regulamentares observe a inclusão das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos dentre as despesas que não são objeto de limitação de empenho".

## INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de moção a ser submetida ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que "Recomenda ao Ministério da Economia que nas peças orçamentárias propostas pelo poder executivo federal e nas normas regulamentares observe a inclusão das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos dentre as despesas que não são objeto de limitação de empenho".
2. A proposta foi elaborada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC/CNRH, conforme descrito no Parecer nº 04/2020/CTOC/CNRH, de 23 de junho de 2020.

## SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIÇÃO LEGAL

3. Considerando as competências dadas pelo Decreto 10.000/2019 para *"analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas"*, a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL, na sua 3ª Reunião realizada por meio virtual, em 14 de julho de 2020, avaliou a proposta de moção encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos.
4. Nesta ocasião, o representante da Agência Nacional de Águas, Marco Antônio Amorim, designado pelo presidente da CTOC para relatar a matéria, informou as motivações que levaram a proposição em tela.
5. Conforme relatou, na 3ª Reunião da CTOC ocorrida no dia 24 de junho de 2020, iniciou a análise dos 'Relatórios anuais sobre a aplicação, pela Agência Nacional de Águas, dos recursos provenientes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH - inciso II, § 1º, Art. 17 da Lei nº 9.648/1998), exercícios 2018 e 2019.
6. Durante os debates os membros dessa Câmara tomaram

conhecimento sobre dificuldades no processo orçamentário da União para que os recursos da Fonte 183 (Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos) fosse integralmente destinados à aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.433/1997, conforme disciplina o art. 17 da Lei nº 9.648/1998, com redação dada pela Lei nº 9.984/2000.

7. Relatou, ainda, que na peça orçamentária enviado ao Congresso este ano, o inciso IV não foi incluído como a fonte que não será contingenciada.

8. Diante deste cenário, foi elaborada a proposta de moção que, conforme consta do Parecer nº 04/2020/CTOC/CNRH, outras semelhantes foram publicadas pelo CNRH em 2015, 2010 e 2004.

9. Passando ao aspecto legal. A matéria se insere na competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos disposto na Lei nº 9.433/97 e no Decreto 10.000/2019 para estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

10. A forma jurídica adotada é válida. É regimental o uso da Moção "quando se tratar de manifestação dirigida a quaisquer órgãos e entidades, públicos ou privados, em caráter de alerta, recomendação ou solicitação de interesse da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH".

11. Quanto a redação proposta, a CTAL, após ponderações sobre o detalhamento da fonte 183, acordou por manter o texto tal como encaminhado pela CTOC, avaliando que a proposta atendeu aos requisitos legais que regem a elaboração de moção. Entendeu também a importância dessa manifestação, pois a manutenção desses recursos é essencial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

12. Diante da avaliação, a CTAL/CNRH, por unanimidade, aprovou a proposta de moção que Recomenda ao Ministério da Economia que nas peças orçamentárias propostas pelo poder executivo federal e nas normas regulamentares observe a inclusão das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos, à que se referem os incisos I, III, IV e V do art. 12 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, dentre as despesas que não são objeto de limitação de empenho, pois são, nos termos legais, obrigatórias para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

## **CONCLUSÃO**

13. Realizada a análise legal, com fundamento na Lei 9.433/1997 e no Decreto 10.000/2019, a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária do CNRH para deliberação, conforme apresentado na sequência deste parecer.

**RENATO SARAIVA FERREIRA**

Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais  
CTAL/CNRH

**MINUTA**  
**MOÇÃO Nº , DE YY DE XXXXX DE 2020**

*Recomenda ao Ministério da Economia que nas peças orçamentárias propostas pelo poder executivo federal e nas normas regulamentares observe a inclusão das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos dentre as despesas que não são objeto de limitação de empenho.*

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, em especial o disposto no seu inciso VII do art. 1º e na alínea 'b' do inciso III do art. 9º, e tendo em vista o Processo nº 59000.014606/2020-27, resolve:

Considerando a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;

Considerando o Decreto nº 7.402, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico, e que preconiza que; *“a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, constitui cobrança pelo uso de recursos hídricos, prevista no inciso IV do art. 5º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997”*;

Considerando o posicionamento desse CNRH já esposado nas Moções nº 66/2015; 53/2010; 26/2004 e 20/2003, resolve:

Recomendar ao Ministério da Economia que nas peças orçamentárias propostas pelo poder executivo federal e nas normas regulamentares observe a inclusão das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos, à que se referem os incisos I, III, IV e V do art. 12 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, dentre as despesas que não são objeto de limitação de empenho, pois são, nos termos legais, obrigatórias para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO  
Presidente do Conselho

MARCELO PEREIRA BORGES  
Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Renato Saraiva Ferreira, Diretor de Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas**, em



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador  
**1960879** e o código CRC **DB306CB5**.

---